

## ENQUADRAMENTO NORMATIVO E VIOLÊNCIA ÉTICA EM SALA DE AULA: A PARTIR DE QUAIS MOLDURAS PROFESSORES E ALUNOS SE RECONHECEM MUTUALMENTE?

Samara Almeida de Oliveira<sup>1</sup>  
Wanderley Cardoso de Oliveira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, à luz dos conceitos de "quadros normativos" e "violência ética" desenvolvidos por Judith Butler (E.U.A, 1956), pretendemos investigar, em uma escola da rede pública, como se estruturam modos de reconhecimento na relação entre professores e alunos, partindo da sala de aula como espaço social de análise. Para tanto, num primeiro momento, a partir de uma pesquisa bibliográfica, procuraremos, na obra de Judith Butler e em trabalhos sobre ela, definir, aprofundar e discutir os conceitos em foco neste projeto. Em seguida, numa pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas com os alunos, a fim de saber o que eles reconhecem como um "bom professor" e um "professor ruim"; e com os professores a fim de identificar o que eles, por sua vez, reconhecem como um "bom aluno" e um "aluno ruim". Através da análise das entrevistas procuraremos montar as molduras a partir das quais professores e alunos enquadram uns aos outros como "bons" ou "ruins".

Feito isto, a fase final da pesquisa será, a partir das molduras elaboradas na fase anterior, novamente, entrevistar alunos e professores, para saber no que eles se reconhecem ou não naquilo que aparece nas molduras dos professores feitas a partir das entrevistas com os alunos e vice-versa. Nesta fase, nosso objetivo é saber em que medida cada um (professor e aluno) se reconhece na moldura ou se vê constrangido e limitado por ela. As molduras são operações do poder, produzem subjetividades e mediam o reconhecimento; contudo como operação de poder, suas consequências nem sempre são positivas.

Nesse viés, partimos do pressuposto que professores e alunos estabelecem diferentes relações em sala de aula: positivas, negativas, amistosas, hostis, simpáticas, antipáticas, de paz e de guerra.... Percebemos como essas relações, quando mediadas pelo reconhecimento mútuo

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação do Curso "Processos Socioeducativos e Práticas Escolares" da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, [samarasolivera1804@gmail.com](mailto:samarasolivera1804@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, [woliv2@gmail.com](mailto:woliv2@gmail.com).

entre os sujeitos, podem ser “positivas”; afirmando o conceito de reconhecimento como instrumento fundamental à dinâmica escolar. Conscientes de que o reconhecimento se dá como um processo recíproco em que ambos, professores e alunos, através do movimento de se fazer reconhecível ao outro, também se reconhecem, podemos compreender que essa capacidade do sujeito é gerada, primeiramente, por um discurso normativo. Neste sentido, como afirma Butler (2015a, p. 35):

O reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis, (...) o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento.

Entendemos, portanto, que são a partir de determinadas condições normativas, que o reconhecimento acontece; são esses enquadramentos que delimitam o que será ou não reconhecido, ou quem será ou não reconhecido. “Podemos pensar no enquadramento, então, como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível de operação” (BUTLER, 2015b, p. 112). Essas condições normativas são explicitadas por Judith Butler a partir do desenvolvimento do conceito de “quadros normativos”, contemporaneamente usado em discussões sobre normatividade e violência ética.

Conscientes, entretanto, de suas possíveis contribuições às reflexões sobre educação (e filosofia da educação), utilizaremos tais concepções, ao analisar a sala de aula como um espaço de formação social e constituição de sujeitos, sendo ela também um ambiente onde se configura e se concebe o reconhecimento como processo essencial e “condição sob a qual o ser humano alcança a compreensão psíquica de seu próprio eu” (BUTLER, 2016, p. 186).

Diante desta perspectiva e focando a relação entre professores e alunos, pretendemos, através deste estudo, identificar quais quadros normativos se constituem atualmente no cenário da sala de aula, e como eles agem na estruturação dos modos de reconhecimento e a violência ética implicada por essa normatividade que busca enquadrar a todos, professores e alunos, a partir de seus próprios critérios.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia pensada para o projeto baseia-se fundamentalmente em uma abordagem qualitativa, uma vez que, ao investigar as percepções a partir das quais os participantes da

pesquisa (professores e alunos) se enxergam e se reconhecem mutuamente, percebemos o forte caráter subjetivo da pesquisa.

Para tanto, a pesquisa se estruturará em uma pesquisa bibliográfica e em uma pesquisa de campo; de modo que ambas possam contribuir de forma complementar para o alcance dos objetivos apontados. Como forma de organização, a mesma foi dividida inicialmente em três fases, visando explicitar os procedimentos metodológicos a serem adotados frente aos objetivos propostos para cada uma. Nesse sentido, no atual momento nos encontramos na primeira fase da pesquisa, que se fundamenta na análise bibliográfica, através da qual, buscaremos identificar e definir os conceitos em foco. Para esta fase utilizamos, como bibliografia básica, os seguintes livros de Butler: *Vida precária* (2019)<sup>3</sup>, *Relatar a si mesmo* (2015)<sup>4</sup>, *Quadros de Guerra* (2015)<sup>5</sup> e *Corpos em Aliança e Política das Ruas* (2016)<sup>6</sup>, como também seu ensaio: "Anseio de reconhecimento". A bibliografia de apoio será levantada no decorrer da pesquisa.

Na segunda fase iniciaremos a pesquisa de campo. Nesse sentido, uma vez realizadas as entrevistas, elaboraremos, a partir da análise de seus resultados, as molduras pelas quais professores e alunos enquadram uns aos outros como “bons” ou “ruins”. Na última e mais importante fase da pesquisa, voltaremos a campo, dessa vez, para entrevistar professores e alunos, separadamente, e descobrir em que eles se reconhecem nas molduras elaboradas na fase anterior, ou se veem constrangidos e limitados por elas.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética com CAAE nº 36994120.7.0000.5151. Estando, portanto, em consonância com os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução 466/2021; 510/2016 e Norma operacional 001/2013.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao partirmos da sala de aula como espaço de análise e onde também se formulam e se reproduzem diferentes quadros normativos, podemos pensar que molduras são elaboradas e assumidas por professores e alunos ao enquadrarem uns aos outros no processo de reconhecimento. Nesse sentido, indagamos: que professor (ou aluno) posso ser segundo os quadros normativos em atuação? A que violência ética estão sujeitos os professores e alunos

---

<sup>3</sup> Primeira edição em inglês: 2004.

<sup>4</sup> Primeira edição em inglês: 2005.

<sup>5</sup> Primeira edição em inglês: 2009.

<sup>6</sup> Primeira edição em inglês: 2015.

que não se “enquadram” às molduras sobre o que é reconhecido como um “bom professor” e um “bom aluno”? Tais questionamentos evidenciam algumas das implicações dos conceitos trabalhados na pesquisa; embora cientes da importância de todas as questões, nos atentamos a investigar em que medida professor e aluno se reconhecem nas molduras estabelecidas ou se veem limitados por elas.

Segundo Butler (2015b, p. 23), “a moldura direciona implicitamente a interpretação”. Desse modo, compreendemos que ela atua em função de algum sistema ou autoridade, uma vez que não poderia agir por si só, pois apesar de ser incorporados ao discurso dos sujeitos, os quadros normativos são formulados a partir de um regime de verdade constituído socialmente. Sobre essa questão, Butler (2015b) afirma que esses enquadramentos, em certos momentos, rompem consigo mesmo, e que quando isso acontece “uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento” (p.28). Deste modo, os quadros normativos manifestam-se como operações de poder, constituídos a partir de determinadas crenças que estruturam seus próprios modos de reprodutibilidade nos espaços de atuação.

Diante dos resultados parciais obtidos até o presente momento da pesquisa, acreditamos que os próximos passos sejam dar continuidade a definição, aprofundamento e discussão dos conceitos explicitados, agora destacando também a concepção de violência ética. Para em seguida, darmos início a pesquisa de campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Butler, é somente a partir de determinadas normas que o reconhecimento se dá. Nas palavras da autora: “Submeto-me a uma norma de reconhecimento quando te ofereço reconhecimento, ou seja, o ‘eu’ não oferece o reconhecimento por conta própria” (2015a, p. 36). As normas e os critérios presentes na cena do reconhecimento se confirmam, dessa forma, como questões essenciais para essa pesquisa (e, possivelmente, para outras).

Ao partir desta perspectiva, podemos compreender, portanto, que o professor, no ato de reconhecimento, necessita sumariamente de um quadro de referência no qual ele se baseará em certos critérios para identificar quais sujeitos são reconhecíveis (ou não) como alunos; e os alunos precisam também corresponder a tais normas para serem reconhecidos. Essas normas, por sua vez, compõem um quadro ou produzem um enquadramento que condicionam a cena de reconhecimento, delimitando quais sujeitos serão reconhecíveis e como o serão. Como afirma

Butler: “Podemos pensar no enquadramento como algo ativo, que tanto descarta como mostra” (2015b, p. 112).

Em entrevista concedida a Knudsen (2010), Butler descreve, entretanto, que “o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos de inteligibilidade são transformados” (p. 168). A partir desta afirmação, podemos entender que os enquadramentos normativos não atuam de forma estável ou permanente, ou seja, existe uma possibilidade de ruptura destas molduras, por meio da qual podemos pôr em questão o enquadramento socialmente em vigor, abrindo espaço para novos quadros.

**Palavras-chave:** Enquadramento; Reconhecimento, Normatividade.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

\_\_\_\_\_. Anseio de reconhecimento. *Equatorial: revista do programa de pós-graduação em antropologia social*, v. 3 n. 5 (2016): Dossiê: Paisagens sonoras. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14922>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

\_\_\_\_\_. *Corpos em Aliança e Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KNUDSEN, P.P.P.S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. Paris, junho de 2008. *Revista Estudos Feministas*. vol.18, n.1, p. 161-170, Jan./Abr. 2010.